

PAPEL DAS CIDADES NO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA REAVALIAÇÃO*

*Sylvio Bandeira de Mello e Silva***

A questão relacionada com a associação entre cidades e o crescimento econômico-social em uma dimensão regional, nacional ou ainda mundial é um tema que está sendo intensamente debatido em nossos dias como decorrência do contínuo processo de urbanização, com suas múltiplas repercussões, e dos mecanismos de globalização/fragmentação em um contexto de profundas transformações tecnológicas e institucionais que se processam em todo o mundo. Neste sentido, torna-se necessário fazer uma revisão teórico-conceitual que possa contribuir para a compreensão dos atuais encaminhamentos e de suas tendências a médio prazo. É este o principal objetivo deste trabalho.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E SEUS DESDOBRAMENTOS

Historicamente, pode-se dizer que os estudiosos não foram, em geral, muito precisos, mas, de qualquer modo, acabaram por provo-

car o amplo reconhecimento de que existiria uma associação entre o nível de urbanização e o nível de desenvolvimento econômico, como diretamente o fez, por exemplo, Berry (1961), no âmbito da Geografia. Entretanto, o que não foi aprofundado foi o conhecimento preciso da relação causal entre cidades e desenvolvimento (Ayeni, 1978).

Esta questão foi pioneiramente tratada pelos pesquisadores Redfield e Singer (1954), que classificaram as cidades em, respectivamente, centros de transformações ortogênicas e heterogênicas. A primeira categoria refere-se a centros pré-industriais, em geral muito antigos e lugares de grandes tradições, como, por exemplo, as cidades pré-coloniais dos Yoruba e dos Hausa-Fulani na região que mais tarde se transformaria na Nigéria sob domínio inglês. As cidades da segunda categoria resultam da difusão global da civilização ocidental, como a antiga Edo, no Japão, produziu a moderna Tóquio.

Um pouco mais tarde, Hoselitz (1955) introduziu seu conceito de cidades "parasíticas" e cidades "generativas" (*parasitic and*

* Recebido para publicação em 24 de agosto de 1994.

** Professor do Mestrado em Geografia e do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Professor do Doutorado em Geografia - Convênio UNESP/UFS. Pesquisador IA - CNPq.

generative metropolises) argumentando que as cidades de transformações heterogenéticas tendem a gerar crescimento econômico e mudança cultural em suas regiões, enquanto que os centros de transformações ortogenéticas tendem a limitar e até impedir as mudanças. Assim, as cidades ortogenéticas não são necessariamente parasíticas, mas as cidades de transformações heterogenéticas foram vistas como o fator principal na mudança para o desenvolvimento, como Hoselitz ressaltou, sendo apoiado, mais tarde, por Friedmann (1969), Friedmann e Wulff (1971), McGee (1971) e revisto por Friedmann e Weaver (1979). Sintomaticamente, ou seja, revelando uma mudança profunda em sua contribuição, Friedmann (1992) já não trata mais desta questão, preferindo um outro caminho teórico-metodológico, como veremos mais adiante.

Harvey (1973), por sua vez, levantou várias críticas no momento em que o tema urbanização e desenvolvimento estava sendo objeto de debates. Harvey chama a atenção de que se deveria olhar mais as relações de produção, mais do que a urbanização propriamente dita e isto como explicação fundamental das mudanças na economia espacial e dos processos sociais que foram agregados ao estudo da urbanização. E pergunta ainda: a quem beneficia o crescimento? É a hinterlândia da cidade ou uma região ainda mais ampla? Ou, ainda, não seriam as pessoas que controlam os meios de extração dos excedentes de todo o mundo na sociedade? Segundo ele, as cidades geram crescimento econômico para elas mesmas e, neste caso, todas seriam parasíticas. Além disso, quando uma cidade é olhada sob uma perspectiva histórica, ela pode ser identificada, em um determinado momento, como parasítica e, em outro, como generativa, ou vice-versa. E aí vem a pergunta: quando uma cidade deixa de ser parasítica e começa a ser generativa? Mais recentemente, Harvey (1989 e 1992a) traz outra contribuição sobre esta questão sobre a qual falaremos mais adiante.

McGee (1971) chama a atenção de que, na maioria dos países do Terceiro Mundo, a produção de uma estrutura teórica que considere a cidade como o principal catalisador da mudança deveria ser descartada. Para entender o papel das cidades de uma forma

apropriada, deveria ser pesquisada a condição do subdesenvolvimento que caracteriza esses países, condição da qual as cidades são apenas uma parte.

Neste sentido, as cidades seriam centros catalisadores de desenvolvimento quando fosse interrompido o processo de subdesenvolvimento e instaurado o processo de integração nacional e de crescimento socioeconômico.

A partir daí, surge o debate em torno da forma e da integração do sistema das cidades, fundamentado nos padrões da teoria das localidades centrais, formulada por Christaller em 1933 (Berry e Garrison, 1958). Mais tarde, Berry (1961) em sua exploração indutiva das relações entre a distribuição tamanho-hierarquia e desenvolvimento mostra que uma distribuição tamanho-hierarquia perfeita não é uma prerrogativa das economias desenvolvidas mas também ocorre em áreas de longa e estável história da urbanização. Foi assim que Mabogunje (1971) mostrou que o sistema urbano tradicional seguiria a regra da distribuição tamanho-hierarquia. Mas, essa regra diz pouco sobre a dinâmica do processo e sobre as relações entre as cidades. Assim, é possível dizer que o processo de modernização da Nigéria rompeu a estrutura do estável sistema urbano precedente e instaurou fortes mecanismos de metropolização em Lagos e em Ibadan, que cresceram exageradamente em detrimento do resto do sistema urbano-regional. Estes centros tornaram-se, sobretudo, centros de consumo de massa e até de ostentação, transformando-se mais em centros periféricos do sistema econômico global do que em centros funcionalmente dinamizadores de suas regiões de influência. São espaços metropolitanos hiperurbanizados em detrimento de vastas áreas sem um adequado apoio urbano. É neste sentido que Mabogunje (1968) pode considerar estas cidades como "parasíticas", no que não foi apoiado por Ayeni (1978) que prefere falar em limitações urbanas ao processo de crescimento econômico, destacando que algumas cidades yorubas são centros agrícolas com certo dinamismo.

A imediata comparação com Salvador e a Bahia é inevitável. Tradicionalmente, a estrutura primário-exportadora produziu, no Recôncavo e na Bahia como um todo, uma organização primaz, com Salvador sendo o princi-

pal centro de uma rede urbana dendrítica, historicamente importante, de quem drenava a maioria dos recursos e a quem pouco retribuía. Com as mudanças na estrutura econômica nacional e regional, passando cada vez mais para um maior contexto de industrialização, e no relacionamento espacial de economia, que passa a ter progressivamente um caráter nacional, ocorrem alterações significativas no processo de urbanização do Estado da Bahia (Silva, Silva & Leão, 1989 e Silva & Silva, 1991). Cresce sensivelmente a urbanização no interior e, apesar do processo de metropolização, reduz-se a primazia de Salvador, no Recôncavo e com relação ao Estado da Bahia como um todo. Muda também o seu papel: de uma metrópole tradicional pouco dinâmica, incompleta, como já afirmou Milton Santos em várias ocasiões, Salvador passa, sobretudo a partir dos anos 70, para uma situação de crescimento acelerado e com funções mais diversificadas com relação à região e ao contexto nacional como um todo. "A cidade cresce por falta de dinamismo próprio" (Santos, 1959, p. 186). Estrategicamente, Salvador é, então, induzida a se transformar em um *pólo de crescimento*, de expressão nacional, de que o projeto do complexo petroquímico de Camaçari é o melhor exemplo. Apesar de toda a discussão em torno do caráter de enclave que um processo de industrialização deste tipo traz em seu bojo - capital intensivo, ocupador de mão-de-obra, alta tecnologia, fontes regionais e do exterior de matérias-primas e insumos, mercados externos para seus produtos finais, sobretudo bens intermediários - é inegável que o seu impacto foi grande na anteriormente frágil economia urbana e regional. Neste sentido, muda o papel de Salvador que assim passa de uma situação mais próxima do modelo de cidade "parasítica" para uma outra mais adequada ao contexto de uma cidade "generativa", embora, certamente não de uma maneira tão abrangente como, por exemplo, ocorreu com São Paulo nas décadas de 40 e 50.

A comparação em curso com a Nigéria merece ser aprofundada em dois pontos: o impacto da industrialização e da modernização da agricultura no Brasil foi muito maior, de um lado, e, de outro, o contexto urbano-regional na Bahia foi bastante afetado com sua crescente integração ao dinâmico

contexto econômico nacional. No caso da Nigéria, toda a tradicional estrutura econômico-espacial do País foi fortemente abalada pelo extremamente rápido processo de metropolização de Ibadan e de Lagos, sobretudo desta última, sem uma base econômica compatível. A sustentação do crescimento econômico nigeriano, com efeito, em seu período mais expressivo, foi uma decorrência do setor petrolífero que não conseguiu se internalizar efetivamente e nos setores onde isso ocorreu - o da limitada industrialização, por exemplo - houve uma maior concentração em Lagos pelas facilidades portuárias e pelas economias de aglomeração e de poder.

A esta altura, é possível afirmar, em resumo, que os pesquisadores se dividem em dois grupos, o primeiro valorizando mais os aspectos positivos na relação entre *cidade e desenvolvimento* e o outro destacando fortemente os aspectos negativos desta mesma relação. Assim, McGee (1971) escreve que a estrutura da economia colonial não permitia que as cidades fossem geradoras de crescimento econômico. Um representante da corrente mais otimista é, sem dúvida, Rondinelli (1983). Segundo ele, um sistema eficiente de cidades intermediárias ligadas aos grandes e pequenos centros e a uma rede de serviços rurais e de mercados urbanos pode trazer uma contribuição importante para atingir um difundido crescimento econômico e uma justa distribuição de seus benefícios, tanto em um sistema capitalista como em um sistema socialista. Sua associação com a Teoria das Localidades Centrais é clara e precisa e sua defesa do papel das cidades médias é fervorosa, opondo-se à hiperconcentração metropolitana e à pulverização nos pequenos centros e meio rural. "Um desconcentrado, articulado e integrado sistema de cidades oferece, como consequência, acesso potencial para as pessoas vivendo em qualquer parte do país ou da região e constitui um padrão balanceado de urbanização. [...] Apesar de que nem todas as economias desenvolvidas têm distribuição de cidades segundo o padrão tamanho-hierarquia - as que têm um pequeno espaço tendem a ter altos índices de primazia - e nem todos os países subdesenvolvidos têm uma estrutura primaz de povoamento

parece existir algum relacionamento entre desenvolvimento econômico e distribuição tamanho-hierarquia. Em sua revisão de distribuições tamanho-hierarquia, Chetwynd (1976) nota que as primazias mais elevadas “tendem a ser associadas com condições de subdesenvolvimento, isto é, orientação para exportação, baixa renda *per capita*, alta proporção da força de trabalho na agricultura e rápido crescimento populacional” (Rondinelli, 1983, p. 19). Moseley (1977) também merece ser citado como representante do pensamento otimista.

Já bem antes, Johnson (1970, p. 171), outro importante analista desta corrente, tinha observado que “nos países desenvolvidos, a variada hierarquia dos lugares centrais não somente tornou possível uma quase completa comercialização da agricultura, mas também facilitou uma ampla difusão espacial da indústria leve, de atividades de processamento e de serviços. Estes estabelecimentos oferecem empregos com uma variada diferenciação, utilizando, desse modo, a habilidade manual de alguns trabalhadores como também o cuidado, a precisão e a avaliação de outros envolvidos em atividades administrativas e executivas”. Rondinelli (1983, p. 20) acrescenta que isto teria não somente acontecido nos países ocidentais industrializados como também nas economias mais avançadas do mundo subdesenvolvido. “Países pobres sem estes sistemas espaciais não podem atingir um desenvolvimento amplamente distribuído e reduzir as disparidades regionais e rural-urbana, porque, faltando um sistema integrado de cidades intermediárias, pequenas cidades e centros de mercado, os produtores não podem vender seus excedentes, obter insumos, modernizar sua tecnologia e adaptar produtos para as demandas do consumo. Também não podem obter facilmente os serviços necessários para tornar desejável a vida nas áreas rurais” (Rondinelli, 1983, p. 20).

Johnson também contribuiu nessa direção: “a falta relativa de uma determinada infra-estrutura em países subdesenvolvidos conduz a sérios prejuízos. Porque o campo é inadequadamente estruturado com centros de mercado acessíveis, onde o produto rural pode prontamente ser vendido e onde as lojas abastecidas com bens de consumo podem

exercer tentadoramente seus “efeitos demonstrativos”, os incentivos para produzir mais para o mercado e para investir em melhores instrumentos, fertilizantes ou espécies animais, visando a gerar um maior excedente para o mercado, são fracos” (Johnson, 1970, p. 171).

As contribuições analíticas de Johnson e Rondinelli, que sintetizam uma série de autores de vários países, também conduzem, fortemente, a uma perspectiva normativa já que levantam importantes questões sobre a eficiência e a equidade da estrutura econômico-espacial. Santos (1971, p. 120-137), por outro caminho, já havia igualmente chamado a atenção para este aspecto ao tratar do papel do Estado no crescimento da economia urbana, particularmente o papel do planejamento na alteração da hierarquia urbana. Santos trabalha, nesta época, também com a noção de *take-off* urbano tentando fazer um balanço entre crescimento demográfico e crescimento econômico na cidade. Ocorreria o *take-off* urbano quando o crescimento do produto urbano fosse mais rápido que o da população urbana e isto de maneira durável, provocando uma diversificação crescente das atividades (Santos, 1971, p. 140).

Assim, em geral, as contribuições clássicas ressaltaram, mesmo sob diferentes enfoques, a relação entre as cidades e o processo de crescimento/desenvolvimento regional e nacional e isto de uma forma bastante adequada. Não foi possível aprofundar, entretanto, uma conclusão definitiva sobre a emergência de uma precisa relação causal entre o quadro urbano e o desenvolvimento.

Neste sentido, Rondinelli (1983) tem razão em afirmar, considerando as dificuldades intrínsecas a essa busca de uma relação causal entre cidade e desenvolvimento, que, “na realidade, nenhum padrão espacial particular é, *a priori*, universalmente ótimo ou desejável. O valor de um padrão de povoamento sobre outro somente pode ser avaliado em relação aos objetivos estratégicos nacionais e às metas de desenvolvimento” (Rondinelli, 1983, p. 20). E Rondinelli, baseada agora em Richardson (1977), afirma que se a equidade inter-regional é um objetivo importante, um disperso sistema urbano com grandes metrópoles regionais em cada região pode ser detectado como sendo ai-

tamente eficiente. Entretanto, se a rápida industrialização é a meta, o tamanho e a dispersão espacial das cidades podem não ser importantes, o objetivo seria o de atingir alvos industriais em áreas urbanas com vantagens locacionais, sem se preocupar com seu tamanho ou localização. Em países ou regiões onde o desenvolvimento agrícola e do meio rural é pelo menos tão importante quanto a industrialização, a criação de uma hierarquia das localidades centrais, com uma rede puntiforme de centros rurais de serviço e de centros maiores até chegar à metrópole regional, irá determinar a eficiência do padrão de povoamento.

De qualquer maneira, é possível afirmar que tradicionalmente fica a idéia da importância do papel positivo dos centros urbanos, incorporando contribuições teóricas locacionais e referentes ao funcionamento da economia a nível espacial, quanto ao crescimento regional e nacional, apesar da existência de uma diversidade sobre a natureza dessa associação. Como tem evoluído esta questão recentemente?

REVISÕES ATUAIS, SUAS BASES E PERSPECTIVAS

Nos últimos anos, tem havido um recrudescimento dos debates em torno da questão urbanização e desenvolvimento, no bojo das rápidas e profundas mudanças observadas no mundo real e no mundo das idéias sobre a natureza de nossa contemporaneidade.

É possível situar, na Geografia e áreas afins, o início de uma insatisfação com o paradigma cidade-crescimento/desenvolvimento, anteriormente apresentado, já no início da década de 70, com a expansão do pensamento crítico, de base marxista. Neste sentido, o livro de David Harvey (1973), *Social Justice and the City*, já citado anteriormente, pode ser apresentado como um marco da transição entre uma abordagem neopositivista (na qual ele foi um expoente com *Explanation in Geography*, 1969) e uma outra perspectiva crítica. A primeira parte do livro de 1973 é ainda uma apresentação que

se aproxima da perspectiva teórico-quantitativa e a segunda parte foi desenvolvida com base na dialética marxista, área que passou a ser a opção do referido autor.

Na mesma época, pode ser citado como um exemplo da abordagem crítica na Sociologia Urbana, o texto de Manuel Castells (1972), *La Question Urbaine*, onde a questão urbana é definida, basicamente, como uma questão decorrente da estrutura da sociedade. "A questão urbana, tal como se formula na prática social e nas 'teorias sociológicas e urbanísticas', é uma questão ideológica no sentido de que confunde num mesmo discurso a problemática das formas espaciais, a que se refere ao processo de reprodução da força de trabalho, e a da especificidade cultural da 'sociedade moderna'" (Castells, 1983a, p. 458). O autor, por conseguinte, "liga intimamente a análise da organização ecológica às características de cada modo de produção, de cada período dentro de um modo de produção e de cada combinação particular no seio de uma formação social" (Castells, 1979, p. 297). Da contribuição destes dois autores (e de outros que seguiram esta corrente) fica clara a dependência de alterações estruturais profundas para se atingirem novos patamares de crescimento/desenvolvimento. É o que Castells afirma: "O tema *política urbana* deve combinar o estudo das intervenções do sistema político sobre os problemas urbanos com a análise da luta de classes relativa a esses problemas; o que significa que planejamento urbano e movimentos sociais são dois temas inseparáveis em cada situação concreta, embora num caso se parta das estruturas e, no outro, das práticas. Observar através de que afrontamentos, de que interesses e de que situações de poder se chega à organização, sempre provisória, instável, em transformação, de uma área dos problemas urbanos, permite ligar estreitamente a problemática teórica urbana ao estudo da estrutura social geral, através das análises dos processos qualitativos de mudança, que são necessariamente políticos" (Castells, 1979, p. 298).

Santos (1971 e 1979) também contribuiu para a introdução de novas abordagens ao propor uma análise urbana baseada na valorização dos dois circuitos da economia ur-

banos nos países subdesenvolvidos. Com isso, a análise do papel da cidade no contexto do crescimento/desenvolvimento redireciona-se para uma perspectiva mais processual, ou seja, para o dinamismo das relações dialéticas entre os principais setores da economia urbana e regional. "Para que o circuito moderno tenha um crescimento capaz de influenciar a região e de incorporar as populações novas a um nível de vida mais elevado, é preciso que este circuito possa se 'comunicar' com o circuito tradicional, não de forma hierárquica, já que as relações de dominação equivalem sempre a uma retirada antecipada. Isto só poderá ser evitado se o circuito - por inteiro ou por setores bem escolhidos - adquirir, em uma sociedade urbana econômica em constante evolução, melhores condições para conseguir contrariar o embaraço hierárquico e a competitividade" (Santos, 1971, p. 416).

Desta forma, há uma mudança significativa nas abordagens clássicas para as mais recentes: pode-se dizer que as primeiras *eram mais formais e funcionais*, enquanto que as novas são mais de *natureza estrutural e processual*, utilizando uma terminologia também proposta por Santos (1985, p. 49-59).

A partir daí, desenvolveu-se um processo crítico com relação ao papel das cidades quando visto somente pelos ângulos da formalidade e da funcionalidade, sem uma amarração com as questões estruturais e processuais. O maior alvo das críticas foi, sem dúvida, o conjunto teórico-conceitual que combina *polarização, centralidade e difusão*.

Assim, as clássicas relações cidade-campo e a tradicional hierarquia urbana são criticadas por Santos (1988), sobretudo apoiado no papel dos progressos na área de transportes e comunicações.

Da mesma forma, Corrêa (1982 e 1986b) criticou e reavaliou a contribuição locacional na Geografia chamando a atenção para a necessidade de recuperá-la e de reenforcá-la de acordo com as novas realidades de nosso tempo.

Ainda sob este aspecto, Silva (1988) fez um resumo geral do debate sobre centralidade/polarização, particularmente sobre os problemas de aplicabilidade deste conjunto teórico à realidade dos países subdesenvolvidos.

Nos últimos anos, essa questão cidade e desenvolvimento tem evoluído de uma forma bastante instigante, no contexto dos debates sobre a natureza de nosso *fin-de-siècle* e as perspectivas para o próximo milênio. Creio que é possível apresentar algumas diretrizes não obstante a presença de certas dificuldades em delinear-las em razão dos inúmeros problemas de percepção sobre a clareza dos desdobramentos ora em curso, sobretudo em seus rebatimentos socioespaciais.

Com efeito, as mudanças estão sendo, ao mesmo tempo, muito profundas e rápidas, atingindo todo o globo, permitindo a Harvey (1992a) cunhar a expressão "compressão têmporo-espacial" para "indicar processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos" (p. 219). Harvey argumenta, com base em Marx, que uma das características dinâmicas do capitalismo tem sido a "aniquilação do espaço pelo tempo", ou seja, uma propensão para acelerar a rotação do capital segundo também o que foi denominado de "convergência têmporo-espacial" (Janelle, 1969; Silva, 1982). Assim, tem havido uma aceleração do ritmo de vida (por exemplo, as grandes transformações políticas e geopolíticas a partir de 1989) e tem havido uma superação cada vez maior das barreiras espaciais. O mundo parece, assim, ter encolhido, ele é hoje muito menor, uno e aceleradamente dinâmico.

As profundas mudanças que se processaram sobre uma realidade relativamente bem assentada sobre a bipolarização ideológica, ou seja, sobre uma certa ordem mundial (divisão leste-oeste, divisão norte-sul, uso ilimitado de recursos, etc.) provocaram a proposição de um novo conceito para a nossa contemporaneidade. É assim que cresce o debate do pós-modernismo *versus* modernismo, de onde emergem questões sobre o pós-fordismo, sobre a globalização *versus* fragmentação, sobre o fim da História, sobre desenvolvimento auto-sustentável, sobre o novo papel do Estado, sobre o papel dos movimentos sociais, etc.

Toda essa dinâmica tem provocado, no meu entender, o que se poderia chamar de

uma inusitada *convergência teórico-conceitual* em torno dos problemas urbanos e de questões de crescimento/desenvolvimento. Ou seja, onde havia uma irreconciliável divisão entre as escolas, sobretudo entre funcionalistas e marxistas, há, hoje, grandes aproximações. É possível admitir, por hipótese, que o próprio dinamismo do mundo real forçou um realinhamento das idéias predominantes, já que estas, progressivamente, foram sendo reconhecidas como pouco flexíveis e não totalmente adequadas à compreensão das novas realidades em rápido e contínuo processo de mutação. Isto não significa, por outro lado, que há uma total coincidência entre os autores que se envolvem com essas questões. Há, e isto já é extremamente significativo, uma expressiva aproximação entre diferentes contribuições.

Parece que a experiência humana de produção e transformação do espaço geográfico forçou uma reconceituação do próprio espaço e de muitas questões decorrentes. Em um outro contexto, isto já foi colocado por Harvey, em 1973, quando ele diz "... o problema da conceituação do espaço é resolvido através da prática humana com relação a ele próprio. Em outras palavras, não há respostas filosóficas às perguntas filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço - as respostas se encontram na própria prática humana" (p. 13).

E esta tem sido a verdadeira essência da convergência teórico-conceitual e que desemboca na *praxis*, ou seja, o reconhecimento de que a análise das diversificadas ações humanas em sua realização espacial, no local, no urbano, no regional, no nacional e no global, deve ser a questão central na produção de um novo e mais adequado corpo explicativo, básico para a formulação de novas estratégias.

É assim que, a partir das contribuições de alguns autores representativos, poderíamos expressar a *convergência teórico-conceitual* da seguinte forma:

a) David Harvey evoluiu de uma posição radical, trabalhando com a ligação do processo social à forma espacial, desde o seu *Social Justice and the City* (1973, 2ª parte), a uma posição menos radical, mais flexível, expressa, destacadamente, em dois de seus

trabalhos (1989 e 1992a). Parece que Harvey (e outros geógrafos radicais) seguiu o conselho de Lefèbvre: "A dialética está novamente em pauta. Mas já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel (...). A dialética de hoje já não se apega à história e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como 'tese-antítese-síntese' ou 'afirmação-negação-negação da negação' (...). Reconhecer o espaço, reconhecer o que 'está acontecendo' ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço" (Lefèbvre, 1976, p. 14 e 17) (*apud* Soja, 1993, p. 57).

Harvey, em seu trabalho de 1989, faz uma análise bastante aberta e flexível sobre os novos caminhos do governo urbano que bem poderia ter sido feita, em termos gerais, por um geógrafo não-marxista. Harvey mostra a importância da mudança de uma gestão urbana tradicional (*urban government*) para uma gestão social do urbano, de natureza política mas não estatal, mais inovadora e empreendedora (*urban governance*).

Diz Harvey: "... a reificação das cidades, quando combinada com uma linguagem que vê o processo urbano como um aspecto ativo mais do que um aspecto passivo no desenvolvimento político-econômico, coloca sensíveis perigos. Faria ver as cidades como se as 'cidades' pudessem ser agentes ativos quando elas são meramente coisas. A urbanização deveria ser, então, olhada como um processo social, especialmente fundamentado, no qual um amplo espectro de diferentes atores, com objetivos e agendas bem diferentes, interage em direção a uma configuração particular de práticas espaciais convergentes" (Harvey, 1989, p. 5).

Este conceito de urbanização é, agora, bastante diferente do que o próprio Harvey apresentou em 1983 para o *Dicionário do Pensamento Marxista*, todo ele - o conceito - relacionado com as questões da divisão do trabalho e distribuição de classe e com as contradições do capitalismo (Bottomore, 1988, p. 396).

O segundo trabalho, de 1992 no Brasil, mas publicado também em 1989 na Inglaterra, analisa a questão da pós-modernidade em seus múltiplos aspectos. Neste amplo trabalho

de revisão cultural, Harvey inclui um sub-capítulo sobre a crise do materialismo histórico, falando no surgimento de uma nova esquerda “em luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo ‘ortodoxo’ e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas (o Estado, as universidades, os sindicatos, etc.) [...]”. Ela abraçou novos movimentos sociais [...]; o materialismo histórico começa a levar a sério a sua geografia” (Harvey, 1992a, p. 319-321).

Finalmente, o próprio autor faz uma atraente “colagem” de suas obras *Social Justice and the City* e *The Condition of Postmodernity*. Nesta auto-avaliação de sua jornada acadêmica, Harvey argumenta sobre a relevância da crítica às noções universais de justiça e racionalidade, não importa se referentes ao mercado ou a um capitalismo de Estado de Bem-Estar Social, e valoriza as concepções alternativas de justiça e racionalidade tais como produzidas dentro dos novos movimentos sociais nas duas últimas décadas (Harvey, 1992b, p. 600).

b) Manuel Castells evoluiu também de uma posição teórica ligada ao materialismo histórico-estruturalista, de base althusseriana, em que a “finalidade última das tarefas empreendidas [seria a de] romper os mitos tecnocráticos e/ou utopistas sobre o ‘urbano’ e mostrar os caminhos precisos da articulação das práticas subjacentes às relações sociais, quer dizer, à luta de classes”, no texto de 1972 (edição brasileira de 1983a, p.465), para uma posição mais abrangente em que “as cidades são sistemas vivos, feitas, transformadas e experimentadas pelo novo” (Castells, 1983b, p. XV). E logo a seguir acrescenta “as formas e as funções urbanas são produzidas e gerenciadas pela intersecção entre espaço e sociedade, isto é, pelo relacionamento histórico entre consciência humana, matéria, energia e informação”.

Nesta mudança, o papel dos movimentos sociais como expressão das contradições sociais evolui de uma posição importante mas ligada à superestrutura, ou seja, estruturalmente secundária, no sentido de que não colocam em questão as leis fundamen-

tais do modo de produção, para uma outra em que assume um caráter fundamental para a compreensão da cidade e de sua dinâmica. Castells reconhece que sua matriz intelectual, à de tradição marxista, foi de pequena ajuda no momento em que ele adentrou no terreno incerto dos movimentos sociais urbanos, já que, por definição, o conceito de movimento social urbano como agente da transformação social é estritamente impensável na teoria marxista (Castells, 1983b, p. 296-299). “Em todo o mundo, pessoas conscientes têm continuado a se mobilizar coletivamente para mudar suas vidas e propor uma nova ordem contra os que querem preservar a velha ordem. E o povo se mobiliza em uma variedade de contextos históricos e de estruturas sociais, sem partidos, por sobre os partidos, com partidos, contrapartidos e pelos partidos. [...] Então, enquanto a teoria marxista pode não ter espaço para movimentos sociais que não sejam a historicamente predizível luta de classes, os movimentos sociais persistem. Assim, a experiência foi certa e a teoria marxista errada neste ponto e a tradição intelectual no estudo da mudança social deve ser reformulada” (p. 299-300). Com essas observações, Castells acompanha seu mestre Alain Touraine que declarou o seguinte, já em 1979: “Quem ainda se lembra? Foi ontem. Mas como essa época parece longínqua... Na França, o marxismo dominava como uma fortaleza a planície das ciências sociais. Inúmeros cursos, provavelmente a maioria do aprendizado, eram transmitidos numa linguagem codificada, fora da qual os estudantes se sentiriam tão perdidos quanto se desembarcassem na Finlândia ou em Java. Bruscamente, em três ou quatro anos, essa fortaleza, que parecia de concreto, mostrou que era feita de areia. E o marxismo ruiu por terra” (*Veja*, 6/6/79, p. 40).

C) outro autor bastante expressivo na Geografia e áreas afins, sobretudo no campo do Planejamento Urbano e Regional, é John Friedmann, já citado anteriormente, cujas idéias evoluíram também de forma bastante significativa.

Friedmann tornou-se muito conhecido em meados da década de 60 pela sua grande contribuição na formulação e aplicação de uma teoria do desenvolvimento polarizado,

avançando nas idéias locacionais e de funcionamento da economia a nível espacial, sobretudo as de Perroux, Boudeville, Myrdal e Hirschman. No seu trabalho de 1966, Friedmann desenvolve uma teoria centro-periferia, ilustrada com exemplos da Venezuela. Destaca a necessidade de uma teoria do desenvolvimento regional através da qual fosse possível esclarecer o reordenamento das relações espaciais que se efetuam sob condições de crescimento e explica a influência mutável dos padrões espaciais sobre o crescimento de todo o sistema. O reordenamento se daria, basicamente, através da ativação de pólos de crescimento potenciais em áreas periféricas visando a romper a dominação da área central. A repercussão dessas idéias foi muito expressiva, particularmente na América Latina. E o Brasil foi justamente apontado por Becker & Eglar (1993, p. 148) como um dos países que mais aplicou o modelo dos pólos de crescimento.

Em 1979, Friedmann (junto com Clyde Weaver) reconhece, após uma reavaliação crítica de várias experiências negativas, que os pólos de crescimento estavam deixando de ser uma idéia atraente (1979, p. 173). Neste texto, a alternativa da estratégia das necessidades básicas é valorizada no sentido da "soma de reivindicações recíprocas em uma sociedade territorialmente integrada" (p. 190). Este texto já representa uma transição para uma nova e importante contribuição do autor, o que vai ocorrer em seu livro de 1992.

Friedmann observa, inicialmente, que "as recentes mudanças convulsivas na organização do capitalismo - sua abrangência global, suas inovações tecnológicas revolucionárias, sua centralização em corporações gigantescas e instituições financeiras - têm resultado na exclusão virtual de um vasto número de pobres de uma efetiva participação política e econômica" (Friedmann, 1992, p. 14). Como decorrência, o autor expressa sua decepção com os megamodelos de desenvolvimento econômico em função de sua inviabilidade em enquadrar e dar respostas efetivas aos problemas da pobreza mundial e da questão ambiental. O pesquisador aprofunda esta análise detalhadamente e parte para buscar uma alternativa

real que possa oferecer um novo e importante subsídio para a questão do desenvolvimento. "Um desenvolvimento alternativo é centrado nas pessoas e em seu ambiente mais do que em produção e lucros. E assim como o paradigma dominante aborda a questão do crescimento econômico a partir da perspectiva da firma, o que é fundamental na economia neoclássica, um desenvolvimento alternativo, baseado no que deve ser o espaço de vida, aborda a questão da melhoria da condição de vida e de sua sustentação a partir da perspectiva da família" (Friedmann, 1992, p. 31).

Esse desenvolvimento alternativo tenta fortalecer as unidades familiares e seus membros individuais nos aspectos sociais, políticos e psicológicos:

- o poder social refere-se a certas bases da produção doméstica como informação, conhecimento e habilidades, participação em organizações sociais e recursos financeiros;

- o poder político diz respeito ao acesso de membros individuais ao processo de tomada de decisões, particularmente nas questões que afetam seu próprio futuro; não é só voto, é voz e ação coletiva; e

- o poder psicológico é descrito como um senso individual de potência expresso através da autoconfiança.

Assim, este processo surge das bases e é fundamentado em formações territorialmente constituídas, como uma microrregião, uma pequena cidade ou um bairro. Com isto, os setores enfraquecidos da sociedade adquirem voz diante das forças do mercado e do Estado. Desta forma, "um desenvolvimento alternativo não nega a necessidade de um crescimento continuado em uma dinâmica economia mundial. Seria absurdo [...] reduzir todas as questões de desenvolvimento às microestruturas domésticas e locais [e assim], apesar de sua defesa de políticas apoiadas em sólidas bases, um desenvolvimento alternativo requer um sólido Estado capaz de implementar suas políticas [...]; é um Estado que se firma no forte apoio a uma democracia participativa na qual os poderes para administrar os problemas, que são melhor geridos localmente, têm sido devolvidos às unidades locais de governo e à própria

população, organizada em suas comunidades" (Friedmann, 1992, p. 34-35).

d) Por último, mas não por menos importante, é possível alinhar a contribuição de vários outros autores que têm contribuído significativamente para a já mencionada convergência teórico-conceitual. Destacariamos os seguintes autores:

- Milton Santos, em vários de seus trabalhos recentes, tem contribuído para a compreensão do que ele mesmo chamou de "aceleração contemporânea" através de uma reflexão sobre o "tempo mundo" e sobre o "espaço mundo" (Santos, 1993 b). Ele destaca, de forma pertinente, que "o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora; todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial; quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares" (Santos, 1993 b, p. 16). E, assim, "a dimensão fragmentada é a *tribu* - união de homens por suas semelhanças - e o lugar, união dos homens pela cooperação na diferença. A grande revolta se dá através do espaço e do lugar, até onde a *tribu* descobre que não é isolada, nem pode estar só. Esse lugar tanto pode chamar Ngoro Karabad como Los Angeles. O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar" (Santos, 1993 b, p. 20);

- ainda no Brasil, Bertha Becker também tem dado uma relevante contribuição na direção de convergência teórico-conceitual, já apontada, através de uma valorização e aprofundamento de uma abordagem geopolítica sobre a gestão do território. "A região na escala local parece hoje substituir a região subnacional como escala espacial ótima tanto para a organização de movimentos reivindicatórios - regionalismo - como para a política espacial do Estado, tentando criar novos limites territoriais para a arena política associados a um padrão de descentralização na organização do espaço" (Becker, 1983, p. 9). A autora destaca que, diante do conflito Estado-Empresa, "aguçam-se e/ou geram-se novas contradições, que se expressam pela resistência das populações à manipulação dos seus territórios, gerando movimentos sociais em base territorial contra a incapacidade do Estado em atender a seus interesses" (Becker, 1983, p. 13); e

- Sergio Boisier, economista chileno, propõe, ao mesmo tempo, a rejeição da estratégia dos pólos de crescimento e que se trabalhe com a construção social e política das regiões; assim, junta-se às tradicionais funções de alocação de recursos e de redução das externalidades negativas uma terceira função, a da ativação social que seria a questão crucial do desenvolvimento regional (Boisier, 1992; Borello, 1992).

Muitos outros autores brasileiros e estrangeiros (com suas contribuições) poderiam ser citados nesta revisão que aponta para uma convergência teórico-conceitual em torno do integrado e diversificado devir social (incluindo o individual) sobre o espaço, agora tomado de forma aberta, flexível e não dependente de posições sectárias e deterministas. Entretanto, a revisão aqui feita já aponta para a formação de um novo, dinâmico e promissor conjunto teórico-conceitual, com repercussões nos níveis metodológico e aplicado. É importante também destacar a contribuição de autores que não se enquadram (ou se enquadrariam com muitas dificuldades) no esquema proposto. O esforço deles em tentar avançar outras formas de pensamento sobre o urbano e o desenvolvimento é altamente meritório na perspectiva geral da crítica e da busca de novos paradigmas. É o caso, dentre outros, da contribuição de Edward Soja, Richard Walker, Michael Storper, Allen Scott, José Luis Coraggio, Alejandro Rofman e Carlos de Mattos.

EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

Como vimos, a questão da associação entre cidades e o crescimento econômico-social evoluiu bastante nos últimos anos. A própria formulação tradicional da questão, como resultado dos debates, deve ser questionada no sentido de que hoje seria preciso entendê-la, essencialmente, como parte do papel dos segmentos da sociedade como um todo em sua criação/recriação dos espaços de vida. Assim, o reconhecimento da emergência da sociedade civil, entendida de forma ampla e dinâmica, nos processos políticos e econômicos tem sido de uma im-

portância crescente nos trabalhos diretos e/ou indiretamente ligados à temática da cidade e desenvolvimento. Desta forma, aos trabalhos sobre o papel do Estado e do Capital na organização/reorganização do espaço, somam-se cada vez mais intensamente os trabalhos sobre o papel da sociedade civil e de sua dinâmica no ambiente urbano e regional.

No caso específico da Geografia, este importante câmbio fez reacender a questão do papel do lugar no contexto do global, ou seja, a questão do *continuum* local-global (Meyer *et al.*, 1992 e Kuklinski, 1990).

Neste campo, observa-se, como decorrência, a retomada do "coração do lugar [através da] ressurreição da localidade em uma era de hiperespaço" (Swyngedouw, 1989).

Assim, "a ressurreição da localidade e a reconstrução da coerência socioespacial local é um produto das condições da *praxis* política e da organização socioeconômica do capitalismo neste final do Século XX. Deste modo, a nova retórica 'local' e *praxis* - a preocupação discursiva com a distinção, fragmentação e unicidade - é, nós defendemos, embutida e associada com a dinâmica contraditória e crescente tendência do capital livre e móvel procurar localizações vantajosas em um mosaico fragmentado e desarticulado no qual os lugares competitivos tentam assegurar um lucrativo nicho de desenvolvimento" (Swyngedouw, 1989, p. 31).

No Brasil, já há vários exemplos concretos da retomada do significado estratégico da localidade. Pacheco (1992) relata a importante experiência da iniciativa econômica local na área do ABC paulista. Um outro exemplo expressivo é o de Santa Rita do Sapucaí/MG que levanta, inclusive, a relevância de ações individuais: "na década de 50, Luzia Rennó Moreira, casada com um embaixador, trouxe da passagem do marido por um posto no Japão a idéia de doar à cidade uma escola técnica de alto nível [...]. Ao consultar professores, decidiu-se pela Eletrônica. Surgiu a Fundação Mindoca Rennó Moreira [... e daí] brotou a Escola Técnica de Eletrônica, ETE, [... e dela] saiu o Instituto Nacional de Telecomunicações, INTEL. Da união da ETE com o INTEL surgiu uma enorme prole de empresas. [...] Santa Rita virou um Vale do Silício mineiro. [...] E o município, além de café e leite, passou a produzir

componentes eletrônicos" (Veja, 30/9/92, p. 76-77), inclusive para exportação.

Neste sentido, reaparece também como altamente relevante a questão da escala na Geografia Humana (Watson, 1978 e Meyer *et al.*, 1992, este último trabalho valendo tanto para a Geografia Humana como para a Geografia Física). De nossa parte, temos notado o crescimento de "movimentos regionais" (a rigor, microrregionais) na Bahia, ou seja, de movimentos organizados sob uma específica base territorial, socialmente complexos, e que visam à consecução de objetivos de interesse bastante amplo. Um indicador disto é a proliferação de seminários de desenvolvimento urbano-regional, como o de Jacobina, realizado em dezembro de 1991, objeto de uma dissertação de mestrado em andamento sob a orientação do autor (Fonseca, 1994).

Watson (1978) defende a idéia de que, para desenvolver uma teoria adequada, é preciso combinar análises a nível macro e micro em uma só pesquisa. "Isto irá possibilitar a complementaridade que falta, fará crescer o conjunto de informações contidas em nossos modelos e reduzirá o número de decisões arbitrárias que precisam ser tomadas para facilitar a pesquisa" (Watson, 1978, p. 36). E Meyer *et al.* (1992, p. 274) concluem que "o desafio para a Geografia é o de descobrir meios para integrar o local e o global no regional".

Esta questão, aliás, extrapola a Geografia e áreas afins. Dos movimentos ambientalistas surgiu a palavra-de-ordem "pensar globalmente e agir localmente" que teve e tem ainda grande apelo. Recentemente, um conhecido analista das tendências mundiais, John Naisbitt (1994), reconhecendo o paradoxo de que "quanto maior a economia global mais poderosos são os seus protagonistas menores, nações, empresas e indivíduos", inverte, de forma significativa, o ditado: "pensar localmente e agir globalmente". É o cientista político Putnam (1994) defende a idéia do capital social existente em uma comunidade, ou seja, do grau de engajamento cívico dos cidadãos, como sendo uma questão fundamental para entender o desenvolvimento local.

Isto converge, expressivamente, para o mesmo paradoxo reconhecido por tantos geógrafos, como Harvey, Soja, Swyngedouw, Santos, Becker e pesquisadores próximos como

Castells e tantos outros, de que "a elevada importância da globalização não apaga o significado das diferenças, ela requer, ao invés disso, sua recomposição" (Meyer *et al.*, 1992, p. 263).

É neste contexto, portanto, que devemos situar o novo quadro do papel das cidades no crescimento/desenvolvimento que está sendo agora construído em todo o mundo. A expectativa, em nossos dias, é a de que a partir da convergência teórico-conceitual ora em curso (e também das necessárias divergências) surjam novas e consistentes propostas capazes de captar, com mais eficiência, toda a dinâmica e a energia das mudanças em andamento a nível local, regional e mundial. Com isto, podemos finalizar com uma expressão de James E. Meade, Prêmio Nobel em Economia, de 1977, "as utopias estão mortas, vivam as semi-utopias!" Ou ainda, com uma contribuição do geógrafo Torsten Hagerstrand, "estou procurando de todas as formas um caminho para achar uma coerência conceitual na compreensão geográfica do mundo humano, da casa ao mundo e do dia-a-dia ao tempo de vida da existência do homem" (1978, p. 29).

Finalmente, o autor assume, também na busca de um novo enquadramento da questão cidade e desenvolvimento, uma mudança em seu percurso acadêmico com relação à abordagem da dinâmica espacial. Assim, de uma posição em que o espaço geográfico-econômico era sobretudo visto como "o resultado das decisões locacionais dos agentes econômicos" (Silva, 1976, p. 1), o autor advoga cada vez mais a perspectiva da convergência teórico-locacional aqui levantada. Ou seja, o autor tem se preocupado com uma análise que privilegie o complexo de relações entre indivíduos, grupos e classes sociais sob uma perspectiva espacial, em diferentes níveis, escalas e setores, sem desmerecer o papel do Estado e do Capital, pelo contrário, reincorporando-os, sob novas formas, à ótica da dinâmica da dimensão socioespacial (Silva, 1994). Com estas idéias, parece importante, para o autor, a revalorização das análises geográficas comparadas - a matriz espacial - com o objetivo de discernir melhor as respostas diferenciadas que estão sendo dadas às questões colocadas pela globalização e, a partir daí, tentar produzir um corpo teórico coerente sobre as relações entre a sociedade e o espaço.

BIBLIOGRAFIA

- A AFLIÇÃO Marxista. *Veja*, São Paulo, v. 12, n. 561, p. 40-46, 6 jun. 1979.
- AQUI há governo. *Veja*, São Paulo, v. 25, n. 1254, p. 74-81, 30 set. 1992.
- AYENI, M. A. O. Patterns, processes and problems of urban development. In: OGUNTOYINBO, J. S. et al. (Ed.). *A geography of Nigerian development*. Ibadan: Heinemann Educational Books, 1978. p. 156-174.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: _____, COSTA, R. H. da, SILVEIRA, C. B. (Orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. p. 1-21.
- _____, EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia - mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- _____, BERRY, B. J. L. City size distributions and economic development. *Economic Development and Cultural Change*, v. 9, p. 528-558, 1961.
- _____, GARRISON, W. L. Alternate explanations of urban rank-size rule. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 48, n. 1, p. 83-91, 1958.
- BOISIER, S. La construcción de una región: interacción entre teoría y práctica del desarrollo regional en América Latina. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE LA UNIVERSIDAD DE VARSOVIA SOBRE AMÉRICA LATINA, 2., 1991. *América Latina local y regional: memórias del II Simposio Internacional de la Universidad de Varsovia sobre América Latina*. Varsovia: CESLA: Departamento de América Latina, Instituto de Países en Desarrollo, U. de v., 1992. t. 1: p. 149-206.

- BORELLO, J. A. The question of identity and the generation of knowledge in Latin America regional planning theory: Coraggio, Boisier, Rofman and De Mattos. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 16, n. 4, p. 602-622, dez. 1992.
- BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: F. Maspero, 1972.
- _____. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Tradução de Lemos de Azevedo. 2. ed. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1979. 300p.
- _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- _____. *The city and the grassroots*. London: E. Arnold, 1983b.
- CORREA, R. L. Repensando a teoria das localidades centrais. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 167-184.
- _____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986a.
- _____. O enfoque locacional na Geografia. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 62-66, 1986b.
- CHETWYND JUNIOR, E. *City size distribution, spatial integration and economic development in developing countries: an analysis of some key relationships*. Dissertação (Mestrado) - Duke University, 1976.
- FONSECA, A. A. M. da. Crise regional e estratégias políticas: o exemplo do movimento regional de Jacobina/Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. *Anais ... Curitiba*: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994.
- FRIEDMANN, J. *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge: The MIT Press, 1966.
- _____. The role of cities in economic development. *American Behavioral Scientist*, v. 12, p. 13-21, 1969.
- _____. *Urbanización, planificación y desarrollo nacional*. México: Editorial Diana, 1976.
- _____. *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- _____, WULFF, R. *The urban transition: comparative urban studies of newly industrializing societies*. Los Angeles: School of Architecture and Urban Planning, 1971.
- _____, WEAVER, C. *Territory and function: the evolution of regional planning*. London: E. Arnold, 1979.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1991. 177 p.
- HAGERSTRAND, T. Survival and arena: on the life history of individuals in relation to their geographical environment. In: CARLSTEIN, T. et al. (Eds.). *Timing space and spacing time*. London: [s. n.], 1978.
- HARVEY, D. *Explanation in Geography*. New York: St. Martin's Press, 1969.
- _____. *Social justice and the city*. London: E. Arnold, 1973.
- _____. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, v. 71B, n. 1, p. 3-17, 1989.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992a.
- _____. Social justice, postmodernism and the city. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 16, n. 4, p. 588-601, dez. 1992b.
- HOSELITZ, B. F. Generative and parasitic cities. *Economic Development and Cultural Change*, v. 3, n. 3, p. 278-279, 1955.
- JANELLE, D. Spatial reorganization: a modal and a concept. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 59, p. 348-364, 1969.
- JOHNSON, E. A. J. *The organization of space in developing countries*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

- JOHNSTON, R. J., HAUER, J., HOEKVELD, G. A. *Regional geography: current developments and future prospects*. London: Routledge, 1990.
- KUKLINSKI, A. (Ed.). *Globality versus locality*. Warsaw: University of Warsaw, 1990.
- LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. da Frota, NABUCO, M. R. (Orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; [S. l.]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993.
- LEFÈBVRE, H. *The survival of capitalism*. London: Allison and Busby, 1976.
- MABOGUNJE, A. L. *Urbanization in Nigeria*. London: University Press, 1968.
- _____. Growth poles and growth centres in the regional development of Nigeria. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development Report, 1971.
- McGEE, T. G. Catalizador o Cancer? El papel de las ciudades en la sociedad asiática. In: JAKOBSON, L., PRAKASH, V. *Urbanization and national development*. Beverly Hills: Sage, 1971. p. 157-181.
- MEYER, W. B. et al. The local-global continuum. In: ABLER, R. F., MARCUS, M. G., OLSON, J. M. (Eds.). *Geography's inner worlds*. New Jersey: Rutgers University Press, 1992. p. 255-279.
- MOSELEY, M. J. *Centros de crecimiento en la planificación espacial*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1977.
- NAISBITT, J. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro: Campos, 1994.
- PACHECO, R. S. Iniciativa econômica local: a experiência do ABC. In: LODOVICI, E. S., BERNAREGGI, G. R. (Orgs.). *Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais*. São Paulo: Summus, 1992.
- PIQUET, R. *Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- _____, RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- PUTNAM, R. D. *A era do egoísmo*. VEJA, v. 27, n. 1340, p. 7-10, maio 1994. Entrevista.
- RANDOLPH, R. et al. Solidariedade e gestão territorial: indagações sobre a atuação das organizações não-governamentais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 4., 1991, Salvador. *Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território*. Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano Regional: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1993.
- REDFIELD, R., SINGER, M. The cultural role of cities. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 3, p. 53-73, 1954.
- RICHARDSON, H. W. *City size and national spatial strategies in developing countries*. Washington: World Bank, 1977. (World Bank Staff Working Paper, 252).
- RONDINELLI, D. A. *Secondary cities in developing countries*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- _____. *Les villes du Tiers Monde*. Paris: Editions M. - Th. Génin, 1971.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- _____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993a.

- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993b. p. 15-22.
- SCOTT, A. J., STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 30-44, 1988.
- SILVA, S. B. de M. e. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 1-23, out. 1976.
- _____. Cartografia da acessibilidade e da interação no Estado da Bahia. *Geografia*, Rio Claro, v. 7, n. 13/14, p. 51-73, out. 1982.
- _____. Em torno de um debate sobre centralidade/polarização. *Geografia*, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 133-139, abr. 1988.
- _____. Reavaliando os principais problemas de Salvador. *Cadernos de Geociências*, Salvador, UFBA, 1994. (no prelo).
- _____, LEÃO, S. de O., SILVA, B. C. N. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador, 1989.
- SILVA, B. C. N., SILVA, S. B. de M., *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. A. A., SANTOS, M., SCARLATO, F. C., ARROYO, M. *O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1993.
- STORPER, M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. (Coord.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 1990.
- SWYNGEDOUW, E. A. The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, v. 71B, n. 1, p. 31-42, 1989.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. (Coleção TRANS).
- WATSON, M. K. The scale problem in Human Geography. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, v. 60B, n. 1, p. 36-47, 1978.

RESUMO

Este trabalho analisa, a partir da contribuição de vários autores, a questão da associação entre cidades e crescimento econômico-social em uma dimensão regional, nacional e mundial. Este tema está sendo intensamente debatido como decorrência do contínuo processo de urbanização, com suas múltiplas repercussões, e dos mecanismos de globalização/fragmentação em um contexto de profundas transformações tecnológicas e institucionais que se processam em todo o mundo. O trabalho destaca, concluindo, a emergência da importância dada ao papel das formas diferenciadas de organização da sociedade sobre o espaço e a valorização da questão do local no contexto do global.

ABSTRACT

This paper analyses, based on contributions of several authors, the question of the association between cities and socio-economic growth in a regional, national and in a global dimension. This theme is being now intensely discussed as a consequence of the continuous urbanization process, with its multiple repercussions, and of the globalization/fragmentation mechanisms and, finally, in the context of the relevant technological and institutional transformations in action all over the world. This paper concludes showing the emergence of the importance given to the role of differentiated organizational forms of society over the space and the growing valorization of the locality perspective in the context of the global scene.